

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 173 Srs. Deputados.

Há número regimental.
Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Esgotou-se ontem, dia 3 do corrente, o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para deliberação do Congresso Nacional sobre as seguintes matérias vedadas pelo Senhor Presidente da República:

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1983 (nº 149/75, na origem), que modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que, “dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras provisões” (veto total); e

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1984 (nº 1.657/83, na origem), que institui a Lei de Execução Penal (veto parcial).

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, os vetos são considerados mantidos.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira, primeiro orador inscrito. (Pausa.)

S. Exº não está presente.

Concede a palavra ao nobre Deputado Dilson Fanchin.

O SR. DILSON FANCHIN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, trava-se uma sólida campanha nos meios políticos do País com o intuito de denegrir a imagem pública do candidato à Presidência da República, Tancredo Neves. Notadamente nas hostes malufistas, percebe-se extrema preocupação em lançar dúvidas acerca da estatura moral, do espírito público e do empenho em construir os fundamentos de um Brasil democrático e livre, do grande brasileiro que é Tancredo Neves.

Há alguns dias recebemos todos nós desta Casa um folheto apócrifo (é claro) com torpes acusações a Tancredo Neves, ao mesmo tempo em que promovia um endeuamento irresponsável do outro candidato. Argumentava-se, entre outras afirmações, que nem são dignas de comentar, neste aqui e agora, que o candidato pedessista nunca havia perdido uma eleição, enquanto que Tancredo havia sido derrotado em três pleitos.

Sobre esse ponto, convém deixarmos bem claro que aquele candidato debutou nas urnas de 1982, aos 51 anos de idade, enquanto que Tancredo Neves fez, na política, carreira longa e cheia de vitórias. Ademais, o ex-Governador de São Paulo amargou várias derrotas indiretas, como a de seu candidato ao Governo do Estado, Reinaldo de Barros, a fragorosa deceção de seu partido nas eleições de Santos e a lamentável dilaceração do PDS paulista. Enquanto isso, Tancredo, que foi derrotado por Magalhães Pinto na disputa pelo Governo de Minas Gerais, recebeu deste uma prova de reconhecimento quando o nosso nobre Parlamentar declarou publicamente que não aceitaria, em hipótese alguma, a indicação do seu nome para a Vice-Presidência nas chapas dos dois candidatos do PDS, fosse qual fosse o escolhido, porque não desejaria atrapalhar o caminho de seu adversário Tancredo Neves, na caminhada para a Presidência. Por comparação, podemos lembrar que mesmo o ex-Vice-Governador de São Paulo, na gestão passada, rompeu com o Deputado Paulo Maluf e apoiou abertamente a candidatura do Ministro do Interior.

Se o candidato da Oposição logrou auferir tanta admiração pública ao longo de sua carreira, que dizer do outro candidato? Conta com o apoio de seu Partido no Es-

tado de São Paulo? Não. Os ex-Governadores paulistas o apóiam? Não. Tanto Carvalho Pinto quanto Abreu Sodré, Laudo Natel e José Marin dele se afastam como o diabo da cruz. Dos treze Deputados Federais do PMDB, que na Legislatura passada abandonaram o partido seduzidos pelo candidato do PDS, apenas dois conseguiram a reeleição. Os demais tiveram um tal decréscimo em número de votos que não lograram seu intento.

Tal condenação popular é extremamente sintomática, e mesmo a obtenção de mais de seiscentos mil votos, alardeada erroneamente pelo candidato pedessista como sendo a maior do Brasil, pouco representa em termos de apoio de uma população que somou quase 10 milhões de votos válidos nas últimas eleições; enquanto aquele candidato obteve cerca de 6% dos votos de seu Estado, o atual Presidente do PDS conseguiu 31% do total de votos de Sergipe, ou seja, cinco vezes mais que o candidato paulista.

Considerado esse aspecto particular da vida eleitoral dos candidatos, resta atentarmos para a imagem pública de cada um em seu respectivo Estado e junto à opinião nacional como um todo. Aquele boneco que personifica Tancredo Neves, que aqui esteve, neste plenário, quando da Convenção do PMDB, vem sendo festejado nas ruas pelos populares e, há poucos dias esteve andando pelo centro de Porto Alegre, recebendo as homenagens da população gaúcha, conforme se viu em reportagem do Jornal Nacional, numa clara demonstração da aceitação popular para a candidatura do Dr. Tancredo Neves, ainda que tenhamos de engolir o fantasma do espírito Colégio Eleitoral. Enquanto isso, o outro candidato foge de um debate em praça pública com Tancredo, sabedor de que seria literalmente, “ovacionado” caso comparecesse. Registra-se aqui o termo ovacionado (entre aspas) no sentido que adotou nos últimos meses, e não no verdadeiro sentido da palavra. O candidato pedessista alega, para justificar sua ausência nas praças públicas, que os espectadores de televisão formariam a maior praça pública deste País. Se assim ocorre hoje, caso fosse eleito, o que não acontecerá, o candidato do PDS estaria fadado a governar de dentro dos palácios, sem qualquer contato com a população, o que já se tornou corriqueiro nos últimos governos brasileiros.

O que na verdade ele não diz, mesmo porque dizê-lo seria admitir de já a sua derrota, é que não tendo o respaldo popular, não pode ele ir às praças públicas porque, ao contrário do que acontece com o nosso candidato, que detém o apoio das grandes massas populacionais, como recentemente ficou demonstrado no sucesso de que se revestiu o comício de Goiânia, o candidato pedessista, ainda que investisse alguns milhares de petrodólares, não conseguiria sequer uma parcela desse sucesso.

Enquanto Tancredo recebe o aplauso público, o outro se faz acompanhar por dois automóveis em seus deslocamentos por Brasília e alhures, sendo um deles repleto de agentes de segurança. Será temor de reações populares à sua pessoa, como aconteceu também recentemente em Salvador e em Rondônia, quando foi recebido com vaias e slogans depreciativos?

Nada pesa sobre Tancredo Neves em termos de credibilidade pública, e não se argüi um quê sobre seu passado, nenhuma sombra de dúvida acerca de sua honestidade de pessoal e sua fidelidade aos princípios de honra e moral. Tem demonstrado sempre ser leal para com os amigos e justo para com aqueles que se alinharam em outras posições partidárias, como o comprova o fato de ter mantido em seus cargos a maioria dos funcionários estaduais indicados tanto por seu predecessor, Francelino Pereira, quanto pelo antecessor deste, o eminente Vice-Presidente Aureliano Chaves. Estes, ambos pedessistas, alinharam-se hoje na Frente Liberal, apoiando a candidatura de seu antigo adversário Tancredo Neves à Presidência da República.

Terá sido difícil a Tancredo cristalizar em torno de si tantos e tão expressivos apoios entre pedessistas notáveis, e também entre as personalidades marcantes do em-

presariado nacional, das Forças Armadas, do clero, das entidades de classe? Seguramente não, ainda mais porque Tancredo nunca alimentou aquela insaciável sede de poder que notamos presente nas declarações do seu opositor. Muito ao contrário, no despreendimento que lhe é peculiar, renunciou ao Governo de Minas que foi o sonho dourado de sua vida política, quando lhe restavam ainda mais de dois anos de mandato, para atender ao apelo veemente que lhe foi formulado. Tancredo chegará à Presidência movido pelo interesse de propiciar a construção de um Brasil democrático, em prol da elevação da qualidade de vida dos brasileiros, sem distinção; senão, por que imaginar que não estaria ele, aos 74 anos de idade, desejando o merecido descanso da inatividade após uma longa carreira de trabalho firme pelo bem da Nação? Precisamente por esse despreendimento é que não foi difícil a Tancredo angariar significativos apoios à sua candidatura, já que seu nome não surgiu por imposição pessoal aos Partidos de Oposição e à Frente Liberal, mas sim como resultado de uma necessidade nacional que o apontava como única alternativa para que Brasil atravessasse a difícil e decisiva quadra que se avizinha.

Vamos ao Colégio Eleitoral. Muitos têm criticado a nossa decisão, tachando-a, entre outros predicados, como incoerente. Mas, ao tentarmos identificar os muitos que nos criticam, deparamo-nos com a realidade de que, em sua quase totalidade, trata-se de malufistas de primeira e segunda hora que, no desespero da derrota que já se avizinha, procuram confundir a opinião pública, numa tentativa sordida de abalar o respaldo popular de que é hoje o único detentor o candidato Tancredo Neves.

Lutamos o tanto quanto nos foi possível para que o povo pudesse escolher livremente o seu mandatário maior. Derrotados que fomos na votação da Emenda Dante de Oliveira, por uma minoria atrelada aos dois candidatos pedessistas por interesses particulares menores e muitas das vezes escusos, deveríamos nós cruzar os braços e deixar que os destinos do povo brasileiro fossem entregues numa bandeja de ouro ao candidato majoritário das hostes governistas?

Como poderíamos, num amanhã bem próximo, subir aos palanques e defrontarmo-nos com o povo para pedir votos, trazendo na consciência o peso da omissão em um momento crucial como este que o Brasil atravessa?

Não, companheiros! Não poderíamos assumir o peso da omissão. Entregar os destinos do nosso País, da nossa gente, a um candidato da estirpe moral do candidato pedessista seria traír inexoravelmente a confiança de milhões de pessoas que depositaram nas urnas, em 1982, as esperanças de uma mudança que viesse a lhes devolver o usufruto dos seus direitos mais elementares que lhes foram usurpados nos últimos vinte anos.

Omitirmo-nos seria o mesmo que compactuar com o continúmico. E a sociedade brasileira exige mudanças. E se, na ânsia de deter o poder *pro tempore*, o governo ditou as regras do jogo casuística, é imprescindível que entremos no jogo para ganhá-lo, devolvendo ao povo, de onde todo ele emaná, o poder que lhe foi pela violência tomado.

Urge que se opere uma mudança. Não uma mudança radical porque todo radicalismo, é fato, leva a extremos ditatoriais que, pelo exemplo que tivemos nos últimos vinte anos, comprovadamente não se coaduna com o espírito brasileiro. Mas uma mudança planejada com muito cuidado, com a preocupação constante de desenvolver o bem comum, devolvendo ao cidadão brasileiro dos direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, e que hoje são violentados a cada instante, uma vez que sua casa lhe é tomada pelo BNH, seu salário minguado e cada vez mais minguante já não lhe permite sequer adquirir os alimentos básicos para si e sua família, seus filhos — e às vezes ele próprio — não têm acesso à educação, vestuário passou a ser supérfluo e o lazer, este nem é palavra presente no vocabulário do trabalhador.